



Termo de Uso e Aviso de Privacidade

Novo Versão 2.0 - Publicado em 07/05/2025

O presente **Termo de Uso e Aviso de Privacidade** contém informações a respeito do modo como a **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro** trata os dados pessoais dos usuários que utilizam o nosso aplicativo.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro é uma instituição pública que oferece, de forma integral e gratuita, assistência e orientação jurídica às pessoas que não possuem condições financeiras de pagar as despesas destes serviços. Além disso, promovemos a defesa dos direitos humanos, direitos individuais e coletivos e de grupos em situação vulnerável.

A assistência jurídica gratuita às pessoas economicamente hipossuficientes e em situação de vulnerabilidade é um direito e garantia fundamental de cidadania, prevista no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República.

Nosso objetivo é esclarecer os interessados sobre as hipóteses em que, na execução das competências ou no cumprimento das atribuições legais da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, é realizado o tratamento de dados pessoais dos usuários do Aplicativo. Descrevemos a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, atendendo ao disposto no artigo 23, inciso I, da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Lei 13.709/2018).

Pedimos que leia atentamente o **Termo de Uso e Aviso de Privacidade atualizado**. Para acessar o **Aviso de Privacidade anterior**, [clique aqui](#). Se você continuar a usar sua conta no aplicativo, você concorda com nossas atualizações.

TERMO DE USO

1 Ciência do Termo de Uso e Aviso de Privacidade

O presente **Termo de Uso e Aviso de Privacidade** refere-se à descrição das condições de fornecimento do serviço oferecido pelo aplicativo da **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**, localizado na **Avenida Marechal Cândido Rondon, nº 125, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20000-000**.

O uso deste aplicativo está condicionado à aceitação e à ciência dos termos e das políticas associadas. Recomenda-se que o usuário leia atentamente os termos e políticas, certifique-se



de tê-los entendido, esteja ciente de todas as condições estabelecidas neste Termo de Uso e Aviso de Privacidade e comprometa-se a cumprí-las.

Ao utilizar o aplicativo, o usuário manifesta estar ciente e de acordo com o conteúdo deste Termo de Uso e Aviso de Privacidade e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

2 Definições do Termo de Uso

Para melhor compreensão do Termo de Uso e do Aviso de Privacidade, consideram-se os seguintes termos:

- Agente público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta
- Agentes de estado: Inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.
- Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- Controlador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- Dado pessoal sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- Disponibilidade: Propriedade pela qual se assegura que a informação esteja acessível e utilizável, sob demanda, por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade devidamente autorizados.
- Dispositivos móveis: Equipamentos portáteis, dotados de capacidade de processamento, ou dispositivos removíveis de memória para armazenamento, entre os quais se incluem, não limitando a estes: *e-books*, *notebooks*,



netbooks, smartphones, tablets, pendrives, USB drives, HD externo, e cartões de memória.

- Encarregado:** Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- Informação:** Dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e para transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- Informação pessoal:** Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem.
- Internet:** Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.
- Terceiro:** Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.
- Lei geral de proteção de dados** Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Perfil de acesso:** Conjunto de atributos de cada usuário, definidos previamente como necessários para credencial de acesso.
- Serviços:** Meio de fornecimento de valor a clientes, com vistas a entregar os resultados que eles desejam, sem que tenham que arcar com a propriedade de determinados custos e riscos.
- Titular de Dados:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- Uso compartilhado de dados:** Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais, por órgãos e entidades públicos, no cumprimento de suas



competências legais, ou entre esses entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

Usuários: (ou "Usuário", quando individualmente considerado): Todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço do aplicativo da Defensoria Pública do RJ.

3 Legislação Aplicável

A legislação aplicável ao serviço do **aplicativo da Defensoria do RJ** compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação	Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que dispõe sobre o acesso a informações previstas na Constituição.
Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.



Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021	Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983 , a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012 , e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 .
Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017	Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.
Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012	Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.
Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012	Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos.

4 Descrição do Serviço

O aplicativo da Defensoria do RJ foi criado para facilitar o acesso aos serviços oferecidos pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, promovendo uma interação mais ágil, transparente e segura entre os cidadãos e a instituição. A iniciativa faz parte do compromisso da Defensoria Pública em utilizar a tecnologia para aproximar seus serviços do público caracterizado pela situação de vulnerabilidade ou hipossuficiência econômica.

Características do Serviço:

- Unificação dos serviços digitais:** O aplicativo integra os principais serviços e funcionalidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, eliminando a necessidade de deslocamento presencial para diversas solicitações.
- Acesso personalizado:** Com segurança e praticidade, o cidadão pode acessar informações e serviços utilizando um sistema de autenticação confiável e intuitivo.



- **Transparéncia e acompanhamento:** Permite que os usuários acompanhem o andamento de suas demandas e processos, promovendo a transparéncia e o controle sobre as ações realizadas.

Funcionalidades Principais:

- **Autenticação:** O acesso a algumas informações é aberto e não requer cadastro. Para determinados serviços, é necessário realizar um cadastro com dados pessoais, que são criptografados e protegidos conforme esta Política de Privacidade e a Política de Segurança da Informação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- **Atendimento Digital Personalizado:** Agendamento de atendimentos, solicitação de informações e acesso direto a orientações jurídicas.
- **Consulta de Documentos e Processos:** Acompanhamento de processos jurídicos ou administrativos e visualização de documentos relacionados.
- **Notificações de Atualização:** Recebimento de alertas e mensagens importantes relacionadas aos serviços da Defensoria Pública e ao andamento de suas demandas.
- **Canais de Comunicação:** Envio de dúvidas, sugestões ou denúncias diretamente à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio de formulários digitais disponíveis no aplicativo.
- **Segurança no Acesso:** Integração de soluções de autenticação seguras, como validação de identidade e verificação em duas etapas, garantindo a confidencialidade das informações.

Finalidades do Serviço:

- **Promover a inclusão digital:** Reduzir barreiras de acesso à justiça por meio de uma solução tecnológica acessível a todos os cidadãos.
- **Garantir agilidade:** Diminuir o tempo de espera e burocracia para acessar serviços essenciais.
- **Fortalecer a transparéncia:** Oferecer acesso claro e rápido às informações e ações realizadas pela Defensoria Pública.
- **Proteger dados:** Garantir que todas as informações sejam tratadas em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e outras legislações aplicáveis.

5 Seus Direitos como Usuário do Serviço

O usuário deverá receber, conforme os princípios expressos na **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017**, um atendimento pautado nas seguintes diretrizes: Urbanidade, Respeito,



Acessibilidade, Cortesia, Presunção da boa-fé do usuário, Igualdade, Eficiência, Segurança e Ética.

São direitos dos usuários:

- I. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços.
- II. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação.
- III. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- IV. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- V. Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade.
- VI. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
 - a. horário de funcionamento das unidades administrativas;
 - b. serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
 - c. acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
 - d. situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e
- VII. Comunicação prévia da suspensão da prestação de serviço.

6 Suas Responsabilidades como Usuário do Serviço

Conforme disposto na Lei nº 13.460, de 2017, são deveres do usuário do serviço:

- Utilização adequada dos serviços, procedendo com urbanidade e boa-fé;
- Prestação das informações pertinentes ao serviço prestado quando solicitadas;
- Colaboração para a adequada prestação do serviço.
- Preservação das condições dos bens públicos por meio dos quais lhe são prestados os serviços.

Ademais, são responsabilidades intrínsecas do usuário do serviço:



- Apresentação de informações verdadeiras e responsabilização por possíveis consequências de erros e omissões;
- Preenchimento de dados cadastrais completos, corretos e atualizados;
- Obediência às regras estabelecidas no termo de uso;
- Sigilo da senha, que deve ser pessoal e intransferível;
- Responsabilização pela segurança do dispositivo pelo qual é realizado o acesso ao serviço;
- Reparação de danos diretos e indiretos que sejam causados à Administração Pública e a terceiros pelo mau uso do serviço;
- Reconhecer que a apresentação de informações falsas ou incompletas poderá acarretar a revogação de acesso ao serviço e responsabilizações legais;
- Notificar imediatamente a Defensoria Pública caso identifique qualquer uso não autorizado ou suspeita de violação de segurança;
- Não transmitir, publicar ou compartilhar conteúdo que viole direitos de terceiros, incluindo, mas não se limitando a direitos autorais, de propriedade intelectual, privacidade ou outros direitos legais;
- Assumir todas as consequências legais e financeiras por condutas que infrinjam os termos de uso, leis ou direitos de terceiros;
- Informar à Defensoria Pública quaisquer abusos ou infrações aos termos de uso, utilizando os canais oficiais para denúncias e alertas.

7 Responsabilidades da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

A **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**, como responsável pelo desenvolvimento, gestão e oferta do serviço por meio do aplicativo da Defensoria do RJ, assume as seguintes responsabilidades:



- Serviços públicos e o atendimento do usuário, realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia;
- Prestação digital dos serviços públicos por meio de tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive se residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial;
- Aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações.
- Monitoração e implementação de ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;
- Integração dos serviços públicos às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica e de meios de pagamento digitais, quando aplicáveis;
- Eliminação, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, as exigências desnecessárias ao usuário quanto à apresentação de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;
- Transformação dos dados da prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade em interoperáveis para composição dos indicadores do painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos;
- Realização de testes e pesquisas com os usuários para subsidiar a oferta de serviços simples, intuitivos, acessíveis e personalizados;
- Comunicação de forma unificada da relação dos serviços disponibilizados, por meio de informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, apresentando, no mínimo, informações relacionadas a: locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro compromete-se a apresentar de forma unificada e organizada a relação dos serviços disponibilizados por meio do **aplicativo da Defensoria do RJ**, garantindo informações claras, precisas e acessíveis a todos os usuários.



8 Requisitos Técnicos

Para garantir o uso adequado e a melhor experiência com o **aplicativo da Defensoria do RJ**, os seguintes requisitos técnicos devem ser observados:

Aplicativo Atualizado: O usuário será notificado caso o aplicativo da defensoria do RJ esteja desatualizado. Recomenda-se que todas as atualizações disponíveis sejam instaladas para assegurar o funcionamento pleno das funcionalidades e a aplicação das melhorias de segurança.

Sistema Operacional: O aplicativo Defensoria RJ possui versões tanto para Android como para iOS disponibilizadas nas respectivas lojas.

9 Propriedade Intelectual

A **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro** é a legítima proprietária de todos os direitos autorais, marcas, domínios, logotipos, aparência, segredos comerciais, tecnologias associadas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual relacionados ao **aplicativo da Defensoria do RJ**.

É expressamente proibido o uso, reprodução, distribuição, modificação ou qualquer outra forma de exploração dos direitos de propriedade intelectual vinculados ao aplicativo da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro sem a autorização prévia e expressa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio de seu legítimo representante.

Qualquer uso não autorizado constitui infração aos direitos de propriedade intelectual e está sujeito às medidas legais cabíveis, incluindo ações judiciais para reparação de danos e penalidades previstas na legislação aplicável.

10 Informações para Contato

O usuário poderá solicitar informações acerca do uso do aplicativo através dos seguintes canais:

- Central de Relacionamento com o Cidadão: telefone 129
- Formulário eletrônico de requerimento de acesso à informação: [Acesso à Informação - Portal transparência](#)
- Encarregada de Proteção de Dados: [Proteção de Dados – Proteger seus dados é nossa política](#); email: encarregadodados@defensoria.rj.def.br.



11 Foro

Este Termo será regido pela legislação brasileira, aplicando-se, especialmente, a **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados)**, bem como as normas legais relacionadas à prestação de serviços públicos e proteção de dados pessoais indicadas no item 3. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pela Justiça Estadual, sendo competente o foro do domicílio do usuário.

Sem prejuízo de qualquer outra via administrativa ou judicial disponível, todos os titulares de dados pessoais têm o direito de apresentar reclamação à **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) através do canal [Cidadão/Titular de Dados — Autoridade Nacional de Proteção de Dados](#)**, caso identifiquem irregularidades no tratamento de seus dados pessoais.

12 Mudanças no Termo de Uso

A presente versão deste Termo de Uso foi atualizada pela última vez na data de: **11/02/2025**.

A **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro** reserva-se o direito de modificar, a qualquer momento, as normas descritas neste Termo de Uso, especialmente para adaptá-las às evoluções do **aplicativo da Defensoria do RJ**, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela modificação ou descontinuidade de funcionalidades já existentes.

Em caso de alterações neste Termo de Uso, o usuário será expressamente notificado por meio de comunicado via e-mail cadastrado para uso no aplicativo bem como pelos canais de comunicação oficiais da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, garantindo sua ciência sobre as atualizações.

Recomenda-se que o usuário revise periodicamente o Termo de Uso e Aviso de Privacidade para se manter atualizado quanto às condições aplicáveis.

AVISO DE PRIVACIDADE

Este Aviso de Privacidade tem como objetivo informar como seus dados pessoais são tratados e compartilhados quando você utiliza os serviços oferecidos pelo **aplicativo da Defensoria do RJ**, disponibilizado pela **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro é responsável pela disponibilização e gestão dos serviços oferecidos pelo aplicativo, tomando as decisões acerca do tratamento de dados pessoais dos usuários. No entanto, ao acessar serviços externos integrados ou disponibilizados



por meio do aplicativo, o órgão ou entidade que fornece esses serviços passa a ser responsável pelo tratamento dos dados pessoais compartilhados para aquela finalidade específica.

Cada órgão ou entidade é responsável por publicar e gerenciar seu próprio Aviso de Privacidade, fornecendo detalhes sobre como seus dados pessoais são tratados, bem como orientações sobre como entrar em contato para eventuais dúvidas ou solicitações relacionadas ao uso de dados.

1 Definições

Para melhor compreensão deste documento, nesta Política de Privacidade, consideram-se:

Agentes de tratamento:	O controlador e o operador.
Anonimização:	Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
Autoridade Nacional:	Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
Banco de Dados:	Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
Consentimento:	Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
Controlador:	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
Dado Anonimizado:	Dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
Dado Pessoal:	Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dado Pessoal Sensível:	Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
Encarregado:	Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
Operador:	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
Órgão de Pesquisa:	Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.
Titular:	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
Transferência Internacional de Dados:	Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
Tratamento:	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
Uso Compartilhado de Dados:	Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento



compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

2 Base Legal para Tratamento de Dados Pessoais

Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

O aplicativo se obriga a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e a respeitar os seguintes princípios dispostos no Art. 6º de tal norma:

- **Finalidade:** realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- **Adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- **Necessidade:** limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- **Livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- **Qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- **Transparéncia:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;



- **Segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações accidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- **Prevenção:** adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais
- **Não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

3 Descrição do Tratamento Realizado

Para disponibilizar os serviços oferecidos pelo **aplicativo da Defensoria do RJ**, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro realiza o tratamento de dados pessoais que identificam ou possam identificar o usuário como cidadão, com o objetivo de garantir acesso seguro e eficiente aos serviços da Defensoria.

Os dados tratados pelo aplicativo incluem:

Identificação atribuída por instituições governamentais: Número do CPF;

Identificação pessoal/biográfica: Nome completo, estado civil, profissão/meio de subsistência, e-mail, telefone e endereço, data de nascimento e filiação;

Segurança: Senha de acesso e dados para autenticação;

Identificação eletrônica: Endereço IP, identificação única do dispositivo e data do acesso;

Localização eletrônica: Coordenadas geográficas (latitude e longitude), quando necessário.

Dados Biométricos/Sensíveis (imagem): Foto de documento e autorretrato (*selfie*) com documento.

Dados sensíveis: de acordo com o caso, podem ser tratados os seguintes dados pessoais sensíveis se estiverem incluídos em documentos:

- Dados biométricos relativos à identificação (impressão digital);
- Dados sobre gênero, raça ou origem étnica; dados referentes à saúde ou à vida sexual; dado genético.



4 Como coletamos os seus dados pessoais:

A forma como os seus dados pessoais são coletados no aplicativo da Defensoria Pública do RJ ou por outras formas de contato e interação com o público está detalhada abaixo, indicando as fontes de obtenção:

DADOS TRATADOS	FORMA DE COLETA DOS DADOS
Imagen de perfil (se aplicável)	Informado pelo usuário
Nome completo	Informado pelo usuário
CNPJ	Informado pelo usuário
CPF	Informado pelo usuário
Data de nascimento	Informado pelo usuário
Sexo	Informados pelo usuário
Filiação	Informado pelo usuário
Número da carteira de identidade	Informado pelo usuário; através da cópia da identidade
Número da carteira de trabalho	Informado pelo usuário; através da cópia da carteira de trabalho
NIT/PIS/PASEP	Informado pelo usuário; através da cópia da carteira de trabalho
Endereço	Informado pelo usuário
Telefone	Informado pelo usuário
Número do título de eleitor	Informado pelo usuário
E-mail	Informado pelo usuário
Número certificado de alistamento militar	Informado pelo usuário; através da cópia do certificado de alistamento militar
Número da Carteira Nacional de Habilitação	Informado pelo usuário; através da cópia da carteira nacional de habilitação
Nome do médico	Informado pelo usuário; através da cópia do laudo médico
Número do Conselho Federal de Medicina	Fornecidas pelo usuário
Resultados de exames	Informado pelo usuário; através da cópia do laudo médico
Número da Placa do veículo	Informados pelo usuário (se aplicável)
Nomes de dependentes	Informado pelo usuário



Número do passaporte	Informado pelo usuário; através da cópia do passaporte
----------------------	--

Outros dados pessoais e sensíveis poderão ser coletados, com a ciência do titular, quando estritamente necessários e adequados ao caso, processual ou não, levado pelo usuário à Defensoria Pública.

5 Como os Seus Dados Pessoais são Armazenados

Os dados pessoais tratados no âmbito do aplicativo da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro são armazenados em infraestrutura tecnológica robusta, com altos padrões de segurança e proteção da privacidade. A Defensoria utiliza o Banco de Dados da DPE/RJ, hospedado na plataforma AWS (Amazon Web Services), garantindo conformidade com as melhores práticas do mercado e a legislação aplicável.

6 Finalidade do Tratamento Realizado

No âmbito dos serviços oferecidos pelo **aplicativo da Defensoria do RJ**, seus dados pessoais são tratados com as finalidades de:

- **Criar um perfil de usuário:** Criar e personalizar seu perfil no aplicativo, com base nas informações fornecidas durante o cadastro.
- **Autenticar:** Validar sua identidade e garantir que você é você por meio de biometria (identificação por biometria) e validação de dados biográficos, como e-mail ou CPF e senha;
- **Verificar idade:** Confirmar sua idade para o tratamento adequado de dados, especialmente de crianças e adolescentes, conforme a legislação aplicável;
- **Validar documentos:** Avaliar e validar documentos digitais necessários para acesso e autenticação no aplicativo, como carteira de identidade ou outros documentos relevantes.
- **Recuperar conta por contato:** Permitir a recuperação do acesso ao aplicativo por meio de e-mail, garantindo segurança e praticidade.



- **Recuperar conta por atendimento:** Recuperar sua conta por meio da central de atendimento, incluindo o envio de formulários e autorretrato (*selfie*) com documento para validação de identidade.
- **Monitorar:** Gerenciar dispositivos conectados ao aplicativo, registrar acessos e atividades, detectar e investigar possíveis fraudes ou ações suspeitas.
- **Notificar:** Informar sobre registros de ações realizadas no aplicativo, atualizações, alertas de segurança e incidentes relacionados ao tratamento de dados.
- **Agendamento de atendimento presencial:** Permitir o agendamento de atendimentos presenciais na Defensoria Pública, conforme a necessidade e disponibilidade de horário em localidades próximas à moradia do usuário.
- **Criação de um caso processual ou não processual:** Permitir a criação e o gerenciamento de casos processuais ou não processuais, para que você possa registrar e acompanhar a situação do seu atendimento, inclusive mandando e recebendo mensagens via aplicativo para o órgão responsável pelo atendimento.
- **Compartilhar dados com Defensores e Poder Judiciário:** Utilizar seus dados pessoais para apoiar Defensores no atendimento particular de cada caso, bem como no preenchimento de documentos necessários ao tratamento jurídico, agilizando o acesso aos serviços prestados pela Defensoria Pública. Quando necessária a judicialização, os dados pessoais coletados serão compartilhados com o Poder Judiciário, com a finalidade específica e exclusiva de prestação da tutela jurisdicional.

7 Hipóteses Legais do Tratamento Realizado

Os tratamentos de dados pessoais realizados no **aplicativo da defensoria do RJ** têm suas bases legais definidas pela **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 2018)**, conforme as finalidades descritas:

- **Finalidades de identificar por biografia, verificar idade, recuperar por contato, monitorar, notificar, entre outros:** Esses tratamentos são realizados com base nas hipóteses de **cumprimento de obrigação legal e execução de políticas públicas**, conforme disposto no art. 7º, II, III e VI, no artigo 11, II, alínea 'a', 'b' e 'd', e no art. 23, da Lei Geral de Proteção de Dados;
- **Finalidades de identificação por biometria, compartilhar dados, apresentar documentos e recuperar por atendimento:** Por envolverem dados sensíveis, esses



tratamentos são realizados com base nas hipóteses do **art. 11, II, ‘a’, ‘b’, ‘d’ e ‘g’, da Lei Geral de Proteção de Dados**, abrangendo: cumprimento de obrigação legal; execução de políticas públicas; exercício regular de direitos em contrato e processo judicial; garantia da prevenção à fraude nos processos de identificação e autenticação.

Obrigações Legais - [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#), [Decreto 10.900, de 2021](#), [Decreto nº 10.332, de 2020](#), [Lei nº 13.709, de 2018](#), [Lei nº 12.965, de 2014](#), [Decreto nº 8.771/2016](#) e [Decreto 10.977 de 2022](#).

8 Duração do Tratamento Realizado

Os dados pessoais tratados pelo **aplicativo da defensoria do RJ** serão mantidos pelo tempo necessário para a prestação dos serviços disponibilizados pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro ou para o cumprimento das finalidades descritas neste Aviso de Privacidade.

O usuário pode solicitar a exclusão de sua conta no aplicativo a qualquer momento. Contudo, os registros de acesso e de uso (*logs*) da conta serão mantidos para fins de auditoria, em conformidade com as hipóteses legalmente previstas no **Art. 16, da Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados)**. Esses registros incluem informações que sejam necessárias para: cumprimento de determinações legais, judiciais ou administrativas; defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais; e investigações relacionadas à segurança ou prevenção de fraudes.

9 Transferência e Compartilhamento de Dados

O compartilhamento de dados pessoais realizados pelo **aplicativo da Defensoria do RJ** está limitado às finalidades legítimas e segue rigorosamente as hipóteses previstas na legislação aplicável, como a **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 2018)** e o **Decreto nº 10.046, de 2019**.

COMPARTILHAMENTO COM OUTROS ORGANIZAÇÕES PARA AUTENTICAÇÃO

Quando você acessa serviços da Defensoria Pública por meio do **aplicativo da Defensoria do RJ**, seus dados pessoais poderão ser compartilhados com outros órgãos públicos ou empresas contratadas pela Defensoria Pública para fins de autenticação, validação de identidade e prover tratamento jurídico a demandas solicitadas, mediante sua autorização. Esse compartilhamento inclui dados como: CPF; nome completo; dados biométricos/sensíveis (imagem); e-mail; telefone; endereço.



Você poderá verificar ou revogar sua autorização para o compartilhamento de dados por meio dos canais de suporte da **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**, caso em que as funcionalidades do aplicativo ficarão restritas à navegação inicial e consulta de casos. É importante lembrar que, caso o compartilhamento tenha ocorrido anteriormente, os dados já fornecidos permanecerão sob a responsabilidade da organização ou entidade que os recebeu.

Em situações específicas, como a validação de documentos ou autenticação de informações para ações jurídicas, seus dados podem ser compartilhados com outros entes públicos. Por exemplo:

- **CPF** – poderá ser enviado à Receita Federal para garantia de verificação de situação de atividade do CPF.
- **Nome, Data de Nascimento, CPF, Filiação, e-mail, Telefone, Endereço** – poderão ser enviados a Tribunais de Justiça e/ou Órgãos Especializados para obtenção de informações necessárias para atendimento processual ou não processual.

TRANSFERÊNCIA PARA OPERADORES

O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado por operadores contratados pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que atuarão exclusivamente para atingir as finalidades de tratamento definidas pela instituição. Esses operadores recebem apenas os dados estritamente necessários e realizam o tratamento em território nacional, sem transferência internacional de informações.

OUTROS COMPARTILHAMENTOS

Seus dados pessoais também poderão ser compartilhados nas seguintes situações:

- **Determinação legal, requerimento ou ordem judicial**: Com autoridades judiciais, administrativas ou governamentais competentes, conforme exigido pela legislação.
- **Proteção de direitos da Defensoria Pública**: Para defesa em qualquer tipo de conflito, incluindo disputas judiciais.

10 Controles de Segurança Aplicados ao Tratamento

O tratamento de dados pessoais no âmbito do **aplicativo da Defensoria do RJ** reflete o dever da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com a segurança da informação e a proteção da privacidade dos usuários. São adotadas ferramentas físicas, eletrônicas e gerenciais que



consideram: a natureza dos dados pessoais tratados; o contexto e as finalidades específicas do tratamento; e os riscos associados a eventuais violações, especialmente em relação aos direitos e liberdades dos titulares dos dados.

Para garantir a proteção dos dados pessoais dos usuários, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro implementa medidas como:

- **Anonimização:** Quando aplicável, os dados pessoais são tratados de forma a torná-los anônimos, reduzindo os riscos de identificação;
- **Armazenamento criptografado:** Utilização de criptografia avançada para proteger dados em repouso e em trânsito;
- **Autenticação multifator (MFA):** Garantia de acesso seguro com validações adicionais, além de senha;
- **Backup ou cópia de segurança:** Realização de backups regulares para evitar perda de dados em casos de incidentes;
- **Barreiras físicas:** Uso de armários chaveados para armazenar equipamentos sensíveis e proteger o acesso a servidores locais;
- **Bloqueio de acesso:** Restrições automáticas para tentativas de acesso não autorizadas;
- **Cifração:** Aplicação de técnicas de cifragem para proteger dados confidenciais;
- **Cofre de senhas (PAM):** Armazenamento e gerenciamento seguro de credenciais;
- **Controle de Acesso:** Limitação do acesso aos dados pessoais apenas a profissionais autorizados e devidamente treinados, em conformidade com as finalidades do tratamento;
- **Gestão de identidades (IGI):** Ferramentas para monitorar e controlar acessos com segurança;
- **Gestão de senhas:** Criação e atualização periódica de senhas seguras, individuais e intransferíveis;
- **Dupla autenticação:** Validação adicional de identidade para acesso a sistemas críticos;



- **Firewall:** Barreiras eletrônicas para proteger o ambiente contra acessos externos não autorizados;
- **Medidas organizacionais:** Políticas internas e treinamentos para conscientização sobre boas práticas de segurança;
- **Senhas individuais:** Obrigatoriedade de uso de senhas únicas por colaborador, evitando compartilhamento.

11 Agentes de Tratamento

No âmbito do **aplicativo da Defensoria do RJ**, a **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro** obriga-se a garantir a responsabilidade dos agentes envolvidos nos processos de tratamento de dados pessoais, conforme os artigos **42º ao 45º da Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados)**.

CONTROLADOR

A **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro** atua como **Controladora** das decisões referentes ao tratamento de dados pessoais realizadas no aplicativo. Todas as operações são conduzidas em conformidade com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados, garantindo o respeito à privacidade e à segurança dos dados dos usuários.

VALIDAÇÕES COM OUTRAS BASES DE DADOS

Quando necessário para autenticação ou comprovação de identidade, os dados pessoais do usuário podem ser consultados e validados em outras bases governamentais. Nesses casos, os **validadores** (órgãos proprietários das bases consultadas) passam a atuar como **Controladores** durante o processo de validação.

OPERADORES

O tratamento de dados pessoais em nome da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro pode ser realizado por **Operadores** contratados, que seguem as diretrizes e determinações da Controladora. Atualmente, os principais operadores são: COPPE/URFJ e o SERPRO.

RESPONSABILIDADES NO COMPARTILHAMENTO DE DADOS

- **Autenticação Alternativa:** Quando o usuário optar por autenticar-se usando sistemas de terceiros (como bancos credenciados ou provedores de certificados digitais), esses terceiros passam a atuar como **Controladores** no processo de autenticação.



- **Envio de Documentos:** Quando documentos digitais são disponibilizados no aplicativo, o órgão que os fornece é considerado o **Controlador** dos Dados Pessoais vinculados a esses documentos.

12 Identificação e Informações de Contato de Encarregado

Os usuários do **aplicativo da defensoria do RJ** têm direito a exercer os direitos relacionados ao tratamento de seus dados pessoais, conforme previsto na **Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 2018)**. Esses direitos incluem, entre outros, o acesso, correção, exclusão e revogação de consentimento.

Para exercer seus direitos, você poderá entrar em contato com o **Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais** da **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro** por meio dos seguintes canais:

Portal: [Proteção de Dados – Proteger seus dados é nossa política](#)

Contato: encarregadodados@defensoria.rj.def.br

Endereço: Avenida Marechal Câmara, 314 – 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20010-020.

13 Seus Direitos como Titular

A **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro** assegura aos usuários do **aplicativo da Defensoria do RJ** todos os direitos previstos nos **arts. 17 a 22 da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 2018)**. Entre os principais direitos garantidos, considerando o escopo de tratamento descrito neste Aviso de Privacidade, destacam-se os direitos a seguir descritos, que poderão ser exercidos através do próprio aplicativo:

- Confirmação da existência do tratamento de dados pessoais realizado pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- Acesso aos seus dados pessoais armazenados no aplicativo;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, incluindo informações de identificação e contato;



- Acesso às informações sobre o compartilhamento de seus dados pessoais com outros entes públicos;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados;
- Eliminação dos dados tratados com consentimento, autorizada a sua conservação nos casos descritos na Lei Geral de Proteção de Dados;
- Possibilidade de não fornecer o consentimento, bem como de ser informado sobre as consequências, em caso de negativa, quando a operação de tratamento de dados se basear no consentimento;
- Revogação do consentimento, quando for aplicável;
- Revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais e obter informação dos critérios e procedimentos utilizados, quando aplicável, de forma clara e adequada, nos termos previstos da Lei Geral de Proteção de Dados;
- Revogação de autorizações para o compartilhamento de dados com entes governamentais, desde que permitido pela legislação aplicável.

Os usuários podem, por meio de solicitação formal, exercer os seguintes direitos:

- **Excluir sua conta no aplicativo da defensoria RJ:** Respeitando as obrigações legais e regulatórias para retenção de dados.
- **Opor-se ao tratamento de seus dados pessoais:** Em casos de descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados ou uso em desconformidade com a finalidade prevista.
- **Petionar perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** Caso não haja solução para reclamações formalmente registradas dentro do prazo regulamentar, o que pode ser feito através do portal [Denúncia/Petição de Titular — Autoridade Nacional de Proteção de Dados](https://denuncia.def.br/).
- **Excluir documentos digitais:** Os usuários podem excluir documentos digitais armazenados em seus dispositivos móveis diretamente pelo aplicativo.

Caso deseje exercer seus direitos, acesse a página sobre Proteção de Dados (<https://protecaodedados.rj.def.br/>) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e preencha o



Formulário para pedido de acesso aos dados pessoais¹ e envie um e-mail para encarregadodados@defensoria.rj.def.br.

14 Forma de Comunicação das Mudanças no Aviso de Privacidade

A presente **versão 1.0** deste Aviso de Privacidade foi atualizada pela última vez em: **11/02/2025**.

A **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro** compromete-se a manter este Aviso de Privacidade atualizado, observando suas determinações legais e zelando pelo cumprimento das normas relacionadas à proteção de dados pessoais. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro reserva-se o direito de modificá-lo a qualquer momento, especialmente para adaptá-lo às alterações legislativas e melhorias nos serviços oferecidos pelo **aplicativo da Defensoria do RJ**.

Nos casos em que as alterações ou atualizações deste Aviso de Privacidade envolvem mudanças relacionadas à finalidade, forma e duração do tratamento de dados, mudanças no(s) controlador(es) ou no uso compartilhado dos dados pessoais, os usuários serão devidamente informados por meio de notificação no aplicativo ou e-mails enviados aos endereços eletrônicos cadastrados no aplicativo.

Recomenda-se que os usuários revisem periodicamente este Aviso de Privacidade para se manterem informados sobre as práticas e políticas de tratamento de dados pessoais.

DECLARAÇÃO DE COOKIES

1 Cookies Estritamente Necessários

Os cookies utilizados no **aplicativo da Defensoria do RJ** permitem funcionalidades essenciais, como verificação de identidade, segurança, gestão de acesso e controle de rede. Eles são fundamentais para o funcionamento adequado do serviço e garantem uma experiência segura e eficiente para o usuário.

INFORMAÇÕES TRATADAS PELOS COOKIES

¹ <https://protecaodedados.rj.def.br/#orgaoencarregado>.



Alguns cookies podem conter informações criptografadas relacionadas a dados pessoais, incluindo:

- CPF;
- Nome completo;
- E-mail;
- Telefone.

Esses dados são protegidos por mecanismos de segurança avançados, garantindo que estejam seguros durante o tratamento.

Restrição ao Desativar Cookies

Os cookies utilizados pelo **aplicativo da Defensoria do RJ** são indispensáveis para a prestação dos serviços oferecidos. Por esse motivo:

- **Não é possível desativá-los diretamente no aplicativo.**
- Caso o usuário opte por apagá-los ou bloqueá-los por meio de ferramentas externas (como configurações do navegador ou software de terceiros), é importante destacar que algumas funcionalidades do aplicativo podem não funcionar corretamente ou ser interrompidas.